

DIRETRIZES CURRICULARES PARA O ENSINO DE LEM NO PARANÁ: A VOZ E A VEZ DOS PROFESSORES

Ana Amélia Calazans da ROSA¹

RESUMO: Apresentamos neste trabalho a pesquisa que atualmente estamos desenvolvendo dentro do programa de mestrado em Linguística Aplicada, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O trabalho, ainda em fase inicial, propõe uma investigação acerca das opiniões e pontos de vista de uma parcela de professores de língua inglesa da rede pública de ensino do estado do Paraná sobre as Diretrizes Curriculares Estaduais para o ensino de Língua Estrangeira na Educação Básica (2008). Nosso objetivo principal é verificar como os professores entendem a aplicação das diretrizes e o que tem sido possível fazer em sala de aula a partir das orientações do documento. Para isso utilizaremos a metodologia “Q”, que por meio de uma série de etapas procura descrever e compreender questões subjetivas acerca das opiniões e da prática dos docentes. Neste artigo, em especial, discutimos os rumos da pesquisa até o momento e apresentamos os primeiros dados obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais.

Palavras-chave: Diretrizes; Ensino de língua inglesa; Metodologia “Q”.

ABSTRACT: This paper shows the ongoing research which is part of the Applied Linguistics master degree program at the Institute of Language Studies at University of Campinas (Unicamp). The work is still in its initial phase and proposes to investigate the opinions and points of view of a group of public school English teachers, about the curriculum (2008) for English teaching at the public education system in Paraná state. The research aims to verify how teachers understand the applicability of the curriculum and what has been possible to do from the document guidance. In order to do that the “Q” methodology will be used to describe and understand the subjective issues about the teacher’s opinions and classroom practice. In this paper, essentially, the research course so far is discussed and also the first data collected through semi-structured interviews and focal groups is presented.

Keywords: Public policies to education; English language teaching; “Q” methodology.

1. Introdução

A grande preocupação que move minha pesquisa de mestrado é a questão da recepção das Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o ensino de Língua Estrangeira Moderna no estado do Paraná (doravante, DCE) pelos professores da rede pública. A presença desses documentos estaduais, que têm como objetivo nortear a prática em sala de aula, é recente (a versão final data de 2008) e tanto professores quanto equipe pedagógica ainda parecem estar em fase de adaptação e adequação às novas teorias de ensino/aprendizagem propostas.

O documento relata que sua elaboração emana de anos de discussões oriundas das próprias escolas públicas, nas quais os professores, por meio das oficinas pedagógicas, discutiram e estudaram novos caminhos para o ensino de língua estrangeira. Apesar disso, nosso contato com professores da rede pública do Paraná, tanto em início de carreira como

¹ Mestranda em Linguística Aplicada pela UNICAMP.

com anos de experiência em sala de aula, revela que ainda parece haver um distanciamento da prática do professor das diretrizes propriamente ditas, apesar dos grandes esforços que temos visto por parte da SEED (Secretaria de Educação do Estado do Paraná) e dos professores e dos formadores (nos cursos de licenciatura, por exemplo).

Ciente da importância das políticas públicas para a educação e da influência de documentos como as DCE nas instituições públicas paranaenses, o objetivo dessa pesquisa é averiguar a opinião dos professores e procurar desvendar a interpretação que eles vêm dando aos documentos e de que forma isso tem sido refletido na sala de aula. A seguir, apresentaremos mais detalhes da pesquisa e alguns dados já coletados inicialmente, bem como a metodologia de investigação.

2. Contextualização da pesquisa e pressupostos teóricos

O objetivo dessa pesquisa não é criticar ou invalidar as DCE (2008), mas, ao contrário, discutir as opiniões e pontos de vista de alguns professores da rede estadual de ensino básico do Paraná e que implicações esses documentos têm trazido para a sala de aula, elencando suas contribuições e também suas limitações. Procuramos saber o que os professores, que provavelmente são os maiores interessados na política de ensino do estado, estão compreendendo e de que forma essa nova prática que vem se instaurando aos poucos, tem trazido consequências positivas ou não.

O conteúdo estruturante das diretrizes é o discurso como prática social: “A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o *discurso*” (DCE, 2008, p. 61). A orientação para o professor é que o trabalho com o discurso se dê por meio do estudo de variados textos de diferentes gêneros, ampliando as possibilidades de conhecimento da riqueza da língua em diversas esferas.

Para isso, a mera prática de estruturas linguísticas não é suficiente, é preciso que o professor busque construir significados na língua estrangeira por meio de engajamentos discursivos, nos quais os alunos poderão construir significados interagindo ativamente com os textos.

No ato da seleção de textos, o docente precisa se preocupar com a qualidade do conteúdo dos textos escolhidos ao que se refere às informações, e verificar se estes instigam o aluno à pesquisa e à discussão. As características do gênero a que o texto pertence serão evidenciadas no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Os elementos linguístico-

discursivos, neles presentes, serão analisados na medida em que colaborem para a compreensão dos mesmos. É importante, ainda, trabalhar com diversos gêneros discursivos – apresentando, também, diferentes graus de complexidade da estrutura linguística. (DCEs, p.62)

De acordo com a citação acima, podemos inferir que discussões e reflexões sobre os textos vêm em primeiro lugar, em detrimento da análise linguística. O que temos averiguado em nossas conversas, na primeira etapa de coleta de dados dessa pesquisa, é que tal orientação contribuiu muito para que o ensino descontextualizado e exagerado de gramática normativa esteja deixando o espaço escolar.

Alguns professores relatam também que atividades de gramática do tipo “clássicas”, como “fill in the blanks” ou “complete the table writing the verbs in the past tense”, dentre outras, têm um alto grau de rejeição pelos alunos. Além disso, o desempenho nas avaliações tem sido bastante baixo. Tais informações nos mostram que o ensino de língua como código linguístico e como mero conjunto de regras a serem decoradas e reproduzidas tem resultado em fracasso.

Para o combate ao ensino de gramática pura, as DCE adotam a teoria bakhtiniana de gêneros como principal norteadora do trabalho em sala de aula. A concepção de linguagem como interação e discurso, e não como mero meio de comunicação, o discurso como prática social e o sujeito como ser sócio-histórico e usuário responsável e ativo da linguagem são alguns dos pressupostos teóricos do documento. As DCE são claras sobre a formação dos sujeitos, a formação para a cidadania e para a reflexão acompanhada da transformação social. Muitos são os compromissos de um professor de línguas e muito se espera dos alunos. É necessário verificar como todos esses parâmetros ditados pelo documento estadual estão sendo recebidos pelos professores e se eles acreditam que é possível dar conta do ensino da língua por meio de diferentes gêneros, abrangendo todas as habilidades (leitura, escrita, oralidade e compreensão oral), tal como recomendado pelas diretrizes, e formando o aluno para exercer seu papel de cidadão engajado na sociedade e sujeito responsável e ativo em diversas esferas sociais.

Os dados iniciais de nosso trabalho mostram que unidades textuais estão tomando conta das aulas de língua inglesa e substituindo a ênfase dada anteriormente à gramática, até aqui, a prática parece encaixar-se bem nas orientações das DCE. Contudo, esse trabalho com o texto nem sempre tem ocorrido na perspectiva interacionista prevista nas diretrizes. O início de nossa coleta de dados nos mostra que os professores podem estar recorrendo às estratégias de leitura, características da abordagem instrumental, para o ensino de leitura em língua

estrangeira. Exercícios aplicando técnicas como *skimming*, *scanning*, *guessing* por meio de figuras, títulos ou subtítulos e também identificação de palavras cognatas, ainda são muito comuns. Dessa forma, ainda se vê uma leitura superficial, com ênfase na localização de informações e pinceladas acerca do gênero e sua estrutura composicional. Não queremos afirmar que isso seja errado ou negativo, nosso objetivo é mostrar que, aparentemente, ainda falta mais formação, mais discussão e material didático apropriado para auxiliar os professores nesse período de transição de metodologia de ensino.

Mas nem tudo se resume à mal entendidos. Uma das recomendações das diretrizes, que alguns professores citaram como bem-sucedidas, diz respeito à ação de se trabalhar com textos autênticos e característicos da realidade dos alunos. Os professores relatam a importância de se trabalhar com temas que são mais significativos para a vida dos alunos dentro das esferas onde circulam. O interesse e a participação são notoriamente mais satisfatórios. Ouvimos relatos de professores que têm trabalhado temas relacionados a realidades próximas aos alunos, como sua própria escola, bairro, cidade, formação familiar, dentre outros. Demais assuntos de interesse dos alunos também estão mais recorrentes na sala de aula, como determinados estilos de música, moda, corpo, relacionamentos, etc.

Diante de tanta variedade de temas, discussões e textos, as aulas de língua estrangeira estão tornando-se um espaço de reflexão e construção de conhecimento que vai muito além do estudo da língua/linguagem não-materna. Nossa indagação é: como atingir discussões acerca do discurso de uma língua não adquirida, isto é, uma língua que o sujeito não consegue sequer decodificar? Processos de compreensão e de produção (oral e escrita) ocorrem por etapas que se iniciam na decodificação do que está comunicado e vão até a construção de diferentes sentidos que os leitores atribuem. Lidar com textos, discursos e assuntos tão complexos e variados, requer que o aluno-leitor tenha um bom domínio da língua e da cultura desta. O resultado de um trabalho como o previsto nas DCE é muito positivo no que diz respeito a construção de conhecimento e formação social do sujeito, porém, tudo isso ocorre em língua materna. Isto é, a língua estrangeira tem sido deixada de lado mesmo na aula de língua estrangeira.

Nossos dados têm mostrado que as orientações das DCE ainda estão em processo de “entrada” na escola. Há um esforço aparente para a implementação do trabalho com diferentes gêneros textuais, contudo, a habilidade que tem recebido mais ênfase é a compreensão escrita, há um afastamento do trabalho com compreensão oral e com produção tanto escrita como oral. Assim voltamos ao que acabamos de dizer acima: a língua portuguesa tem tomado conta

das aulas, pois as discussões e reflexões acerca do discurso dos textos trabalhados não são possíveis em língua inglesa. Nem mesmo a leitura é possível na língua alvo. Há depoimentos que apontam práticas de tradução para em seguida ser realizado o trabalho com o texto propriamente dito. Algumas professoras enfatizaram nas entrevistas que as discussões em português são muito convenientes, pois muitos professores não têm o domínio mínimo necessário para ler em língua inglesa, tampouco para estabelecer uma conversa na língua alvo sobre os textos (discursos) que levam para a sala de aula.

Diante de tudo o que apresentamos até agora, esse levantamento e análise de opiniões de professores, tanto ingressantes quanto mais experientes, pode nos ajudar a compreender as implicações das atuais políticas sobre a sala de aula. Apesar de o documento representar um grande avanço na política que rege o ensino de língua estrangeira moderna na escola pública, as condições para que se cumpra o que está almejado ainda são precárias. Os professores até 2010 ainda não tinham um livro didático para a disciplina de língua estrangeira, os materiais didáticos em geral são escassos e retrógrados no que diz respeito ao aporte teórico, a formação profissional também apresenta problemas, os alunos estão cada dia mais indisciplinados e os professores não estão preparados para lidar com isso, cada vez mais temos alunos com necessidades especiais em salas superlotadas, a disciplina de língua estrangeira conta com apenas 2 horas-aula por semana, dentre tantos outros problemas que poderíamos continuar enumerando aqui.

3. Metodologia de pesquisa

A metodologia de pesquisa que utilizaremos para a coleta e análise de dados será a metodologia “Q”. Pretendemos, por meio dos procedimentos característicos de um estudo “Q”, gerar registros qualitativos e quantitativos sobre os pontos de vistas e as opiniões dos professores em relação às orientações teórico-metodológicas das DCE e suas respectivas aplicações à realidade da sala de aula de Língua Estrangeira Moderna (LEM).

A metodologia escolhida prevê, primeiramente, uma série de entrevistas com professores sobre as DCE, podendo também ser possível, e até desejável para esta etapa, a formação de grupos focais para a discussão sobre os fundamentos teórico-metodológicos do documento, as opiniões dos professores e suas experiências em sala de aula. As entrevistas darão o corpus necessário para a análise e formulação das assertivas que irão compor a segunda fase da pesquisa. Após selecionar as afirmações de forma que as mais diversas

[illegible]

Fig. 1: Tabuleiro Q

Os procedimentos estatísticos utilizados no estudo “Q” são: correlação, análise fatorial e cálculo dos escores dos participantes. A correlação agrupa os sujeitos em fatores de acordo com as similaridades das respostas, ou seja, segundo os pontos de vista compartilhados. A análise fatorial determina os meios estatísticos pelos quais os participantes foram agrupados. A correlação é baseada na proximidade encontrada por meio da análise fatorial das variáveis, que são os próprios sujeitos, sendo assim, nunca haverá uma correlação perfeita.

61

cada participante “uma carga dentro de cada fator (*factor loading*) que corresponde, na verdade, ao coeficiente de correlação do indivíduo com o arranjo típico do fator (*factor array*), que na verdade é uma resposta típica daquele fator” (CARVALHO, 2008, p. 53).

Em resumo, a análise fatorial parece dar conta de organizar com precisão a subjetividade revelada pelos indivíduos por meio da distribuição das afirmações, de acordo com seu grau de concordância. Tal organização traz maior clareza para a interpretação dos dados e a descrição objetiva de uma situação que antes se encontrava escondida no universo pessoal de cada um dos respondentes. Além disso, todos esses procedimentos contribuirão para uma análise mais cuidadosa dos dados obtidos, resultando numa compreensão mais bem elaborada e aprofundada do problema que nos propomos investigar.

Em se tratando de investigações sobre opiniões, perfis e crenças de grupos de pessoas, a metodologia “Q” tem se mostrado muito eficiente (BROWN, 1980; CARVALHO, 2008; OLIVEIRA, 2009; SANTOS & SCHOR, 2003). As técnicas utilizadas para coleta de dados são objetivas e forçam os participantes a refletirem suas respostas com cuidado, uma vez que seu espaço de distribuição é limitado.

É importante, contudo, esclarecer que as técnicas “Q” não têm a pretensão de alcançarem resultados de cunho positivista. O fato de procurar minimizar as interferências do pesquisador não significa apagar ou negar a subjetividade deste. Enquanto sujeito sócio-histórico, é impossível uma interpretação totalmente objetiva e desinteressada por parte daquele que desenvolve o estudo. Todos os procedimentos e a abordagem aqui muito brevemente descritos são, nada mais, do que uma tentativa de entender uma determinada realidade tal como os próprios sujeitos do estudo a veem. Em nosso trabalho, queremos tentar entender de que forma os professores veem e compreendem as diretrizes impostas pelo estado. A metodologia “Q” pode ser um caminho para encontrar e sistematizar a subjetividade dos professores a partir de seu próprio discurso.

Sendo assim, trata-se de uma pesquisa que mostrará resultados qualitativos e quantitativos. Esta investigação pretende revelar os pontos de vista dos professores para, dessa forma, poder compreender melhor as crenças e atitudes que coordenam o seu fazer em sala de aula.

4. Considerações Finais

Apesar da presente pesquisa ainda estar em fase inicial, podemos afirmar que o ensino de língua estrangeira na escola pública necessita urgentemente de atenção nos diversos setores envolvidos: material didático, formação do professor, currículo, etc. Com nosso estudo, buscaremos compreender quais as necessidades e dificuldades dos professores (ao menos de uma parcela deles) no trato da língua estrangeira na prática efetiva. Partindo das orientações das Diretrizes Estaduais, queremos saber dos professores quais ações teórico-metodológicas têm funcionado, quais não têm trazido bons resultados, quais nem mesmo estão sendo utilizadas e quais as opiniões e reações dos professores diante das novas teorias das DCE.

Assim sendo, nos propomos a pesquisar questões muito subjetivas que dizem respeito à abordagem do professor construída não apenas por seu método ou material de ensino, mas também pelas orientações de órgãos oficiais como o governo do estado. A abordagem de um professor e o que ele é dentro da sala de aula é um processo composto por uma série de elementos sócio-históricos de formação intelectual e humana que construíram o profissional que ele(a) é hoje em dia.

Nossa ênfase, como ressaltamos durante o artigo, será com relação à prática do professor e sua opinião perante as DCE. Para tanto, utilizaremos a metodologia “Q” como método de pesquisa para procurar atingir, com o máximo de precisão possível, a subjetividade inerente das opiniões e das experiências reveladas pelos próprios professores em entrevistas e grupos focais. Além disso, recorreremos a atividades e avaliações por eles elaboradas, e também livros didáticos disponibilizados pelo governo para analisarmos e aprofundarmos nossa compreensão sobre a receptividade das DCE e sobre as ações que conduzem o ensino de língua estrangeira na escola e que emanam dessas novas orientações, ou não.

5. Referências Bibliográficas

BROWN, S. R. **Political Subjectivity**: applications of Q methodology in political science. New Haven and London: Yale University Press, 1980.

CARVALHO, A. B. **Vocabulário e leitura: pontos de vistas de professores e estudantes revelados pela metodologia ‘Q’**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 2008.

MCKEOWN, B. & THOMAS, D. **Q Methodology**. Newbury Park: Sage Publication, 1988.

OLIVEIRA, J. G. de. **O país chamado leitura e a descoberta do Sr. “Q”: um estudo sobre os pontos de vista de professores de inglês sobre leitura**. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares de língua estrangeira moderna.** Curitiba, 2008.

SANTOS, S. R. & SCHOR, N. **Vivências da maternidade na adolescência precoce.** In: Revista Saúde Pública. n. 37. v. 1. São Paulo: USP, 2003.

EXEL, J. van & GRAAF, G. de. **Q methodology: a sneak preview.** 2005. Disponível em: <www.jobvanexel.nl>. Acesso em 08 fev. 2010.